

## ATOS ADMINISTRATIVOS

### Atos da Mesa

De 18-11-85

Exonerando, nos termos da 1.ª parte do item 2, do § 1.º do artigo 58, da Lei Complementar 180/78:

Clóvis Anunes Dias, RG 4.664.669, do cargo que vem exercendo, em comissão e em Jornada Completa de Trabalho, de Auxiliar Parlamentar, Padrão "15-A", do SQC-1, da Secretaria da Assembleia Legislativa, da Tabela I da Escala de Vencimentos 02, a partir de 11 de novembro de 1985. (Ato 1.369/85);

Suely de Almeida Couto, RG 3.487.689, do cargo que vem exercendo, em comissão e em Jornada Completa de Trabalho, de Auxiliar Parlamentar, Padrão "15-A", do SQC-1, da Secretaria da Assembleia Legislativa, da Tabela I da Escala de Vencimentos 2. (Ato 1.368/85);

Nomeando, nos termos do inciso I do artigo 20, da Lei Complementar 180/78:

Maurício Gnan, RG 6.986.656, para, em comissão e em Jornada Completa de Trabalho, exercer o cargo de Auxiliar Parlamentar, Padrão "15-A", do SQC-1, da Secretaria da Assembleia Legislativa, da Tabela I da Escala de Vencimentos 02, em vaga decorrente da exoneração de Clóvis Anunes Dias. (Ato 1.370/85);

José Francisco Pandolfi, RG 6.335.243, para, em comissão e em Jornada Completa de Trabalho, exercer o cargo de Assistente Técnico Parlamentar, Padrão "13-A", do SQC-1, da Secretaria da Assembleia Legislativa, da Tabela I da Escala de Vencimentos 4, em vaga decorrente da exoneração de Maria Yokiko Shiraishi Furlan. (Ato 1.371/85);

Maria Yokiko Shiraishi Furlan, RG 3.576.679, para, em comissão e em Jornada Completa de Trabalho, exercer o cargo de Auxiliar Parlamentar, Padrão "15-A", do SQC-1, da Secretaria da Assembleia Legislativa, da Tabela I da Escala de Vencimentos 2, em vaga decorrente da exoneração de Suely de Almeida Couto, ficando exonerada do cargo que ocupa, em comissão no QSAI, de Assistente Técnico Parlamentar, a partir da data de sua posse. (Ato 1.372/85);

Fernando Júlio de Oliveira, RG 2.881.344, para, em comissão e em Jornada Completa de Trabalho, exercer o cargo de Agente de Segurança Legislativa, Padrão "9-A", do SQC-1, da Secretaria da Assembleia Legislativa, da Tabela I, da Escala de Vencimentos 2, em vaga decorrente da exoneração de Haroldo Nascimento. (Ato 1.373/85);

### Decisão 554/85, da Mesa

De 18-11-85

No Processo RG 17.494/84: aprovando a revalorização do Auxílio Encargos Gerais de Gabinete, ficando autorizada a despesa decorrente, nos termos da informação de fls. 41, do Departamento Técnico de Finanças.

## Comissões

### CONVOCAÇÕES

#### Comissão de Educação

Por determinação do Deputado Fernando Leça, Presidente da Comissão de Educação, comunico aos senhores Deputados abaixo relacionados que, nas duas próximas reuniões ordinárias, será cumprida a seguinte programação:

Dia 19-11, às 14,30 horas, no Plenário "D. Pedro I", serão recebidos representantes do CPP e Orientadores de Educação Moral e Cívica;

Dia 21-11, às 14,30 horas, no Plenário "José Bonifácio" serão recebidos representantes da APASE.

| Efetivos            | Substitutos          |
|---------------------|----------------------|
| PMDB                |                      |
| Dep. Roberto Purini | Dep. Edinho Araújo   |
| Wagner Rossi        | Dep. Néfi Tales      |
| Dep. Mauro Bragato  | Dep. José Storópoli  |
|                     | Dep. Paulo Kobayashi |

|                       |                           |
|-----------------------|---------------------------|
| PDS                   |                           |
| Dep. Hatiro Shimomoto | Dep. Elias Salim Curiali  |
| PFL                   |                           |
| Dep. Ricardo Izar     | Dep. Gilberto Port        |
| PDT                   |                           |
| Dep. Osório Silveira  |                           |
| PTB                   |                           |
|                       | Dep. Archimedes Lammoglia |

Sala das Comissões, em 18-11-85.  
Suely de Souza Pereira, Secretária

(19-20-21)

### ATAS

#### Comissão de Administração Pública

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA, NA DÉCIMA LEGISLATURA.

Aos cinco dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e oitenta e cinco, no Edifício da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, no Plenário D. Pedro I, às quinze horas e trinta minutos, realizou-se a sétima reunião ordinária da Comissão de Administração Pública, da Terceira Sessão Legislativa, da Décima Legislatura, sob a Presidência do Deputado Edinho Araújo. Presentes os senhores Deputados Gilberto Delmont, Edinho Araújo e Ademar de Barros, e ausentes, por motivo justificado, os senhores Deputados Carlos Apolônio, Milton Baldochi e Wladimir. Sendo o número regimental, foram abertos os trabalhos, tendo sido dispensada a leitura da Ata anterior que foi dada como aprovada. Em seguida, passou-se à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia: 1 - Projeto de Lei nº 144/85, de autoria do Deputado Floriano Landrini, facultando a incorporação dos vereadores do Estado de São Paulo e seus dependentes ao quadro de beneficiários do INEPF - Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual. Aprovado o Parecer do Relator, Deputado Ademar de Barros, favorável à proposição, na forma do substitutivo apresentado pelo Conselho de Constituição e Justiça. 2 - Projeto de Lei nº 277/85, de autoria do Deputado Arthur Alves Pinto, vedando a publicidade remunerada de obras e serviços executados por órgãos de Administração direta e indireta do Estado. Aprovado o Parecer do Relator, Deputado Ademar de Barros, favorável à proposição e à emenda nº 1. 3 - Projeto de Lei nº 488/85, de autoria do Deputado Mauro Bragato, apelando ao Senhor Presidente da República, no sentido de ser abolida a idade dos concursos para provimento de cargos do funcionalismo público do União. Aprovado o Parecer do Relator, Deputado Wladimir, favorável à proposição. 4 - Processo RG nº 4.579/85, de autoria da Câmara Municipal de São Manuel, apelando ao Senhor Presidente da República, favorável à proposição. 5 - Processo RG nº 5.584/85, de autoria da Câmara Municipal de Cubatão, enviando apoio à Moção nº 13/84, que propõe a manifestação de protesto ao IPESP e aos Deputados Estaduais. Aprovado o Parecer do Relator, Deputado Edinho Araújo, pedindo arquivamento da proposição. 6 - Processo RG nº 11.889/85, de autoria da Câmara Municipal de São José do Rio Preto, solicitando reajustes semestrais, de acordo com os índices do IPSP, ao funcionalismo. Aprovado o Parecer do Relator, Deputado Edinho Araújo, transformando a proposição em Moção. 7 - Processo RG nº 18.686/85, de autoria da Câmara Municipal de Sumaré, solicitando a tramitação, em regime de urgência, do PL que dispõe sobre a instituição da escala de vencimentos aplicáveis aos Funcionários Públicos e Servidores do Estado. Aprovado o Parecer do Relator, Deputado Wladimir, transformando a proposição em indicação. 8 - Processo RG nº 18.687/85, de autoria da Câmara Municipal de Tietê, requerendo elaboração do Projeto de Lei que dá direito de aposentadoria aos 30 anos de funcionalismo público com a percepção de 80% dos vencimentos, e depois de contribuir por mais de 5 anos com o IPESP, ter direito aos vencimentos integrais. Aprovado o Parecer do Relator, Deputado Ademar de Barros, transformando a proposição em indicação. 9 - Processo RG nº 19.554/85, de autoria da Câmara Municipal de Marília, solicitando contagem de tempo de serviço para efeito de aposentadoria, o tempo de estudo das melhores aprendizagens em escolas técnicas ou industriais. Aprovado o Parecer do Relator, Deputado Wladimir, transformando a proposição em indicação. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual eu, Maria do Carmo Camargo Lopes, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que vai pelo Senhor Presidente e por mim assinada.

Aprovada em reunião de 18-11-85

Deputado EDINHO ARAÚJO Maria do Carmo Camargo Lopes  
Presidente Secretária

#### Comissão de Assuntos Municipais

ATA DA DÉCIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS, DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA LEGISLATURA.

Aos seis dias do mês de novembro, do ano de mil, novecentos e oitenta e cinco, às quatorze horas e trinta minutos, no Plenário José Bonifácio, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, realizou-se a décima reunião ordinária da Comissão de Assuntos Municipais da Terceira Sessão Legislativa da Décima Legislatura, sob a Presidência do Deputado Crollinda Silveira Sampaio. Presentes os Deputados Floriano Landrini, Paulo Segayar, Ademar de Barros e Elias Salim Curiali. Ausentes por motivos justificados os Deputados Wagner Rossi, J. J. Iba e Maurício Najar. Também esteve presente o Senhor Doutor J. Carlos Reis Lobo, Diretor do CAT. Havendo número regimental, a Senhora Presidente abriu os trabalhos, dispensando a leitura da Ata referente a reunião anterior, dada a ser aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 1 - Moção nº 42/85, apresentada pelo Deputado Geraldo Alcânin, apelando para o Senhor Presidente da República no sentido de ser revogada a Resolução nº 991, de 13/12/84, do Banco Central do Brasil. Aprovado o parecer do relator, Deputado Paulo Segayar favorável à proposição. 2 - Moção nº 176/85, apresentada pelo Deputado José Yunes, apelando para o Senhor Presidente da República e para o Congresso Nacional no sentido de ser instituído o Imposto Municipal, da competência exclusiva dos municípios em substituição ao imposto sobre a Propriedade Territorial Rural. Aprovado o parecer do relator, Deputado Paulo Segayar, favorável à proposição. Após a votação e aprovação das Moções, a Senhora Presidente apresentou aos senhores presentes dois Ofícios a serem enviados: um ao Instituto Geográfico Cartográfico, que marca a data de vinte de novembro próximo para o retorno dos processos de criação de distritos e outro ao Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, fixando a mesma data para o plebiscito de São Miguel Paulista. Em seguida, após breve discussão para o retorno dos processos de criação de distritos e outro ao Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, fixando a mesma data para o plebiscito de São Miguel Paulista. Em seguida, após breve discussão, foram aprovados os Ofícios que, terminada a reunião, serão enviados. Terminada a matéria da Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente deu por encerrada a reunião e eu, Sérgio Carlos Dias, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que também vai assinada pelo Senhor Presidente.

Aprovada em reunião de 18-11-85

Deputada Crollinda Silveira Sampaio Sérgio Carlos Dias  
Presidente Secretário

#### Comissão de Finanças e Orçamento

ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO, DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA, DA DÉCIMA LEGISLATURA.

Aos cinco dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e oitenta e cinco, às quinze horas e trinta minutos, no Plenário "D. Pedro I", da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, realizou-se a décima primeira reunião ordinária da Comissão de Finanças e Orçamento, da Terceira Sessão Legislativa, da Décima Legislatura, sob a Presidência do Deputado Helio Cesar Basso. Presentes os Deputados Roberto Purini, Augusto Tocantins, Milton Baldochi e Gilberto Delmont, e ausentes os Deputados Néfi Tales, Franco Barzagli, Marcelino no Rumeiro Machado, Mabi Chedid, Archimedes Lammoglia e Ademar de Barros. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, determinando a leitura da Ata da reunião anterior, que foi considerada aprovada. Passou-se à apreciação da matéria proposta em pauta: Projeto de Lei nº 589/84, votado totalmente, apresentado pelo Deputado Geraldo Alcânin, alterando dispositivo do Decreto-Lei nº 257, de 29-5-79, dispensando do prazo para consolidação de inscrição como contribuintes do IANEPF as viúvas e os inativos. Sem debates foi aprovado o parecer do relator, Deputado Helio Cesar Basso, favorável ao voto à proposição. Encerrada a reunião, eu, Paulo Vieira Damasceno Filho, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim.

Aprovada em reunião de 18-11-85

Paulo Vieira Damasceno Filho DEPUTADO HELIO CESAR BASSO  
Secretário Presidente

#### Comissão de Fiscalização e Controle

ATA DA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA, DA DÉCIMA LEGISLATURA.

Aos cinco dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e oitenta e cinco, às doze horas e trinta minutos, no Plenário "José Bonifácio", da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, realizou-se a quarta reunião ordinária da Comissão de Fiscalização e Controle, da Terceira Sessão Legislativa, da Décima Legislatura, sob a Presidência do Deputado Marcos Aurélio Ribeiro. Presentes os Deputados Vanderlei Macris, Floriano Landrini, Manoel Moreira e Edinho Araújo, e ausentes, por motivo justificado, os Deputados Helio Cesar Basso, Sylvio Martins, Mabi Chedid, Vicente Botte e Paulo Diniz. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, considerando aprovada a Ata da reunião anterior, à vista de acatamento à solicitação do Deputado Edinho Araújo de que fosse dispensada sua leitura. Em vista da elaboração de um plano de trabalho, o Senhor Presidente propôs que a Comissão fiscalizasse inicialmente, pelas razões que expôs, 6 empresas estatais. Propôs também a contratação de 5 empresas de auditoria, justificando as razões escolhidas por serem conhecidas, de porte e de capital nacional. Ponderou o Deputado Floriano Landrini a conveniência de que referidas empresas de auditoria primeiramente conhecessem seus respectivos currículos para apreciação dos Senhores Deputados. Aca tanto a ponderação, o Senhor Presidente comunicou que oficiaria ao Senhor Presidente desta Assembleia rogando que Sua Excelência solicitasse a estas empresas e empresas de seus respectivos currículos visando eventual contratação de seus serviços. O Deputado Vanderlei Macris ressaltou que a contratação de empresas de auditoria daria maior autonomia ao Poder Legislativo. Declarou contudo ser conveniente definir-se a participação do Tribunal de Contas do Estado, que é órgão auxiliar deste Poder, nos trabalhos de fiscalização. O Senhor Presidente lembrou a abrangência dos objetivos desta Comissão, que vai além da fiscalização econômico-financeira a ser realizada pelo Tribunal de Contas por determinação desta Comissão, conforme prevê a Lei nº 4.595/85. Afirmando que esta Comissão deve também verificar se as estatais vêm cumprindo os objetivos para os quais foram criadas, bem como se não há superposição de objetivos

entre elas. O Deputado Manoel Moreira teve considerações sobre a estrutura das empresas estatais, fazendo distinção entre as estatais propriamente ditas, originalmente concebidas como tal, e as estatais criadas em decorrência da má utilização da capitais. Considerou de fundamental importância a atuação do Tribunal de Contas do Estado, não reconhecendo nenhuma função política para questionar aspectos tais como superposição de objetivos entre estatais, acumulação de alto de de determinação estatal, pontos de estrangulamento. Comunicou que em reunião anterior à Comissão trabalho realizado pela FUNAP sobre aspectos organizacionais das estatais, planejamento de gestão e fiscalização. Na oportunidade criticou a ausência dos Deputados da oposição na presente reunião. O Deputado Edinho Araújo ressaltou as manifestações dos Deputados, destacando a responsabilidade e a expectativa geradas por esta Comissão. Em resposta a indagação do Deputado Vanderlei Macris, esclareceu o Senhor Presidente que, cumprindo as obrigações da Lei nº 4.595/85, lembrando um ofício desta Presidência, algumas empresas estatais já estavam reunindo os documentos e informações relacionados em seus artigos 39 e 50, visando que referidos documentos e informações seriam oportunamente encaminhados aos Senhores Deputados para conhecimento. Assumiu a proposta que após sustentar projeto de resolução permitindo o funcionamento da Comissão de Fiscalização e Controle durante o recesso, de modo a poder esta órgão apreciar em tempo hábil os documentos e informações recebidas naquele período, citando como exemplo a assembleia geral ordinária do BANERJÁ, tradicionalmente realizada no mês de março. Levada a votação, a Comissão aprovou por unanimidade a proposta do Senhor Presidente consistente na fiscalização, em primeiro momento, das seguintes empresas estatais: CAIC, VASP, DIVESP, UNESA e METRO. Também por unanimidade a Comissão aprovou realizar, em segundo momento, fiscalização na COMEF, anteriormente requerida pelo Deputado Paulo Diniz, e, por proposta do Deputado Floriano Landrini, também nas demais empresas emergentes: CESP, ELETRONORTE e CPFL. Na oportunidade o Deputado Manoel Moreira alertou para possível campanha de desinformação visando descreditar a COMEF, tendo em vista que referidas empresas, de alto objetivos sociais, tendem a crescer nos próximos anos e com isso contrariar interesses das empresas privadas do ramo. Deliberação também a Comissão, consoante proposta do Senhor Presidente, aprovar o funcionamento da Comissão durante o recesso, cujo projeto de resolução será assinado por todos os Deputados membros da Comissão. Havendo referido que a Comissão enviaria um diretor da empresa de auditoria Trevisan a Associação a respeito dos objetivos e atribuições de referidas empresas, o Senhor Presidente destacou a ponderação do Deputado Floriano Landrini no sentido de que tal modificação somente visasse a ocorrer após ter os Deputados conhecimento dos currículos das demais empresas envolvidas. Encerrada a reunião, eu, Paulo Vieira Damasceno Filho, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim.

Aprovada em reunião de 18-11-85

DEPUTADO MARCOS AURELIO RIBEIRO Paulo Vieira Damasceno Filho  
Presidente Secretário

#### Comissão de Redação

ATA DA DÉCIMA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO, DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA LEGISLATURA.

Aos oito dias do mês de novembro, do ano de mil, novecentos e oitenta e cinco, no Edifício da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, no Plenário das Comissões, às quinze horas realizou-se a décima nona reunião ordinária da Comissão de Redação, da Terceira Sessão Legislativa, da Décima Legislatura, sob a Presidência do Deputado Vicente Botte, nos termos do artigo 37, da V Consolidação do Regimento Interno da Assembleia. Presentes os Deputados: Ricardo Izar, Marcos Aurélio Ribeiro e Elias Salim Curiali. Ausentes, por motivos justificados, os Deputados Sérgio Santos, Manoel Moreira e Fernando Moreira. Havendo número regimental, deu o Senhor Presidente por abertos os trabalhos. A Ata da reunião anterior foi considerada aprovada, após dispensa de sua leitura. A seguir, passou-se à apreciação da pauta da Ordem do Dia: 1) MOÇÃO 261/84, de autoria do Deputado Evandro Macquie, apelando para o Sr. Presidente da República, no sentido de serem instalados tal forma pública (ovalhões) nos bairros de Mooca e do Tatuapé, na Capital. Aprovado o parecer do relator, Deputado Ricardo Izar, dando redação final à proposição. 2) MOÇÃO 475/84, de autoria do Deputado Manoel Moreira, apelando para o Sr. Presidente da República, no sentido de ser destinada porcentagem da arrecadação dos impostos que incidem sobre cigarros e bebidas alcoólicas, para os programas de saúde e agricultura. Aprovado o parecer do relator, Deputado Ricardo Izar, dando redação final à proposição. 3) MOÇÃO 141/85, de autoria do Deputado Evandro Macquie, apelando para o Sr. Presidente da República, no sentido de ser agilizada a entrega de recursos, destinados pelo Governo Federal, que juntamente com as verbas estaduais devem ser aplicadas na dinamização da reforma do sistema educacional. Aprovado o parecer do relator, Deputado Ricardo Izar, dando redação final à proposição. 4) MOÇÃO 215/85, de autoria do Deputado Paulo Frateschini, apelando para o Sr. Presidente da República, no sentido de serem suspensas os pagamentos de dívida pública interna e externa contraída pelas várias áreas de governo e pelas empresas estatais. Aprovado o parecer do relator, Deputado Ricardo Izar, dando redação final à proposição. 5) PROJETO DE LEI nº 9/85, de autoria do Deputado Ary Kars, dando a denominação de "Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo" à JEPF (Agrupada), da Secretaria de Estado de Justiça. Aprovado o parecer do relator, Deputado Ricardo Izar, dando redação final à proposição. 6) PROJETO DE LEI nº 34/85, de autoria do Deputado Archimedes Lammoglia, dando a denominação de "Vereador Municipal" ao cargo de Vereador e o cargo de Vereador Municipal. Aprovado o parecer do relator, Deputado Marcos Aurélio Ribeiro, dando redação final à proposição. 7) PROJETO DE LEI nº 179/85, de autoria do Deputado Sylvio Martins, dando a denominação de "Prof. Aderval de Silva" à EMEF do Jardim Santa Inês, em Mooca. Aprovado o parecer do relator, Deputado Marcos Aurélio Ribeiro, dando redação final à proposição. 8) PROJETO DE LEI nº 217/85, de autoria do Deputado Ary Kars, dando a denominação de "Diretor das Cidades do Estado" à EMEF do Bairro Santa Rita de Cássia (IMCOCOS), em Santa Bárbara d'Oeste. Aprovado o parecer do relator, Deputado Marcos Aurélio Ribeiro, dando redação final à proposição. 9) PROJETO DE LEI nº 243/85, de autoria do Deputado Ary Kars, dando a denominação de "Professor José Getúlio Escobar Basso" à EMEF do Jardim Santa Inês, do Bairro Planalto, em São Bernardo do Campo. Aprovado o parecer do relator, Deputado Marcos Aurélio Ribeiro, dando redação final à proposição. 10) PROJETO DE LEI nº 308/85, de autoria do Deputado Vanderlei Macris, dando a denominação de "Comandante Antônio Edilson Botte" à Rodovia SP-394, que liga os municípios de Santa Bárbara d'Oeste a Capivari. Aprovado o parecer do relator, Deputado Marcos Aurélio Ribeiro, dando redação final à proposição. 11) PROJETO DE LEI nº 316/85, de autoria do Deputado Archimedes Lammoglia, dando a denominação de "José Basílio Dourado" ao trecho da Rodovia SP-421 de Paraguará Paulista à Rodovia SP-333. Aprovado o parecer do relator, Deputado Elias Salim Curiali, dando redação final à proposição. 12) PROJETO DE LEI nº 177/85, de autoria do Deputado Evandro Macquie, dando a denominação de "Profa. Julieta Faria" à EMEF "Rita de Cássia", no Distrito de Vila Prudente. Aprovado o parecer do relator, Deputado Elias Salim Curiali, dando redação final à proposição. 13) PROJETO DE LEI nº 387/85, de autoria do Deputado Tonico Basso, dando a denominação de "Dr. Wilson Martins Lara" ao Centro de Saúde III, em Rubião. Aprovado o parecer do relator, Deputado Elias Salim Curiali, dando redação final à proposição. 14) PROJETO DE LEI nº 531/85, de autoria do Deputado Sérgio Santos, declarando de utilidade pública a Casa Vento Forte - Centro de Arte e Cultura Integradas, da Capital. Aprovado o parecer do relator, Deputado Elias Salim Curiali, dando redação final à proposição. A seguir, em nada mais havendo, encerramos o Sr. Presidente os trabalhos, dos quais eu, Tais Targanelli, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que vai assinada por Sua Excelência e por mim.

Aprovada em reunião de 12-11-85

Deputado VICENTE BOTTE, Presidente  
Tais Targanelli, Secretária